



MUNICÍPIO DE SERTÃ  
CÂMARA MUNICIPAL

MANDATO DE 2017-2021

ATA Nº 23/2020

**ATA APROVADA EM MINUTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERTÃ**

-----Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte pelas 14.00 horas, neste concelho, por videoconferência reuniu a Câmara Municipal de Sertã, sob a presidência do Senhor José Farinha Nunes, Presidente da Câmara e com a presença dos Senhores Vereadores: -----

-----Carlos Alberto de Miranda -----

-----Rogério António Farinha Fernandes -----

-----Cláudia Sofia Farinha André -----

-----Cristina Alexandra dos Reis Nunes -----

-----Jorge Manuel Marques Coluna -----

-----Mário Barata Simões -----

A reunião foi secretariada por Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Técnica Superior. ----  
Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, foram tomadas as seguintes deliberações. -----

-----**Aprovação de ata em minuta**-----

-----De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

-----O Senhor Presidente fez a leitura da Ordem do Dia (art.º 53 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) desta reunião Ordinária: -----

-----**1- Proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021 - Proc.º 2020/150.20.202/ - para aprovação;**-----

-----**2- Proposta do Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas e Mapa de Pessoal para 2021 - Proc.º 2020/150.20.200/1 - para aprovação;**-----

-----**1 - Proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021 - Proc.º 2020/150.20.202/ - para aprovação;**-----

-----**Proposta nº 208/2020**-----

Considerando que: -----

Na proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2021, foram seguidos os princípios orçamentais e cumpridas as regras previsionais que se encontram previstos,

1



MUNICÍPIO DE SERTÃ  
CÂMARA MUNICIPAL

quer no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, quer na Lei de Enquadramento Orçamental aprovado pela Lei n.º151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, assim como no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de novembro, na sua redação atual.-----

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP) a 1 de janeiro de 2020, foi revogado o Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com exceção dos pontos 2.9,3.3 e 9.3.1, relativos ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações ao orçamento, respetivamente, as quais também foram cumpridas.-----

O Orçamento permite evidenciar todos os recursos que a autarquia local prevê arrecadar para financiamento das despesas que pretende realizar. -----

A atividade financeira a desenvolver pela autarquia no âmbito da gestão previsional baseia-se no Orçamento enquadrado num Plano Orçamental Plurianual, documento elaborado, em articulação com as Grandes Opções do Plano que integram os projetos e ações previstas no Plano Plurianual de Investimentos e outras Atividades mais Relevantes a desenvolver pela autarquia.-----

O Plano Plurianual de Investimentos traduz e assume um papel primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver em cada ano a que respeita o orçamento, refletindo assim as áreas de intervenção estratégica indispensáveis ao processo de desenvolvimento sustentável do município, contribuindo para a afirmação da relevância e competitividade do concelho da Sertã, através da execução de medidas e programas nas diferentes áreas, promovendo a qualidade de vida dos seus munícipes, em parceria com as instituições e os diferentes agentes de intervenção local.-----

Determina o art.º 47º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que: “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local (QMPFAL) , são regulados por decreto-lei, a referida regulamentação não foi ainda publicada e a preparação do QPPO deve ter em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado (OE), que não são conhecidas pelo Município à data da preparação dos documentos previsionais.-----

A falta de regulamentação dos elementos constantes dos quadros, QPPO e QMPFAL e desconhecimentos das projeções macroeconómicas que servem de base ao OE, foi

2



MUNICÍPIO DE SERTÃ  
CÂMARA MUNICIPAL

entendimento não preparar os quadros referidos para o exercício de 2021 e seguintes. -----

Propõe-se:-----

Que a Câmara Municipal dellbere aprovar e submeter à Assembleia Municipal as Opções do Plano e a proposta de Orçamento para 2021 conforme o estipulado na alínea c) do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** antes de colocar a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021 a votação passou a fazer a seguinte apresentação: -----

“-O Orçamento e o Plano contribuem p/ desenvolvimento sustentável do Município, promovendo qualidade de vida aos Municípes, em conjunto com todas as forças vivas do concelho. (Instituições, coletividades, empresas, famílias...)-----

- O Orçamento e o Plano obedecem às regras e princípios orçamentais em vigor e ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) -----

- O Orçamento prevê a receita p/ fazer face à despesa.-----

- Total – 22.939.745,00 €-----

- As GOP (2021/2026) perfazem 15.892.914 €. São as políticas com obras e actividades mais relevantes (PPI + AMR). -----

- O PPI perfaz 9.521.915,00 € e as AMR 6.370.999,00 €. Total = 15.892.914,00 €.-----

- O valor em Plano onde constam as obras com financiamento definido = 15.392.914,00 €. --

- O Financiamento não definido = 500.000,00 €. -----

- O valor Extra Plano = 7.546.831,00 €. -----

-(Plano c/ Fin. Def. 15.392.914,00 + Extra Plano 7.546.831,00 = Orçamento total – 22.939.745,00 €).-----

- Receita: corrente: 14.998.549 -----

- R. capital: 7.941.196 €.-----

- Despesa: corrente: 13.307.820 €. -----

- D. capital: 9.631.925 €.-----

PPI (Plano Plurianual de Investimentos) 11.396.000 €-----

- a) Na Administração Geral: 553.000,00 €. (beneficiação do estaleiro municipal, construção pavilhões Cernache e Pedrógão, Requalificação antigo edifício CTT Cernache, aquisição de máquinas, viaturas, software...) -----

- b) Proteção Civil e luta contra incêndios: 1.762.400,00 €. (Conservação de estradões, pontos de água, medidas de estabilidade e emergência, rede primária...) -----

- c) Funções sociais: 3.037.263,00 €. (Reabilitação e conservação de estabelecimentos de ensino; infra-estruturas apoio a carenciados; ordenamento do território: revisão do PDM;



MUNICÍPIO DE SERTÃ  
CÂMARA MUNICIPAL

Reabilitação Escola Secundária Sertã; Casas Guimarães; P<sup>a</sup> República; R. 5 de outubro; sinalização; saneamento; alteração da conduta adutora de águas na Z.I. Sertã; abastecimento de água; resíduos sólidos incluindo aquisição de viaturas; sistema de lavagem de contentores; protecção do meio ambiente; cultura; desporto...)

- d) Funções económicas: 4.139.252,00 €. (Indústria e energia; remodelação das infra-estruturas da zona industrial da Sertã; Iluminação pública; baixa tensão; transportes; prolongamento da Av. Ângelo Henriques Vidigal ao edifício dos Paços do concelho; beneficiação da rede viária incluindo pavimentação da Fonte Branca aos Faleiros; arruamentos; mercados e feiras: requalificação do mercado da Sertã e requalificação do mercado de Cernache do Bonjardim; turismo: requalificação de praias fluviais; ancoradouros; rampa de barcos no Trízio...)

- e) Outras Funções: 30.000,00 €. (Aquisição de terrenos, aquisição de edifícios, cemitérios...)

- Atividades mais relevantes: 6.583.000 €

- 1) Funções gerais: 693.709,00 €.

(Protocolos com Bombeiros e Aproflora; cadastro simplificado; faixas de gestão de combustível; condomínios da aldeia...)

- 2) Funções sociais: 3.762.400,00 €.

(Projetos relacionados com educação e ensino: transportes escolares; refeições escolares; projecto bússola; tempo de acolher; férias a brincar; criar mais; e plano estratégico educativo. Saúde nas freguesias. Projectos de acção social: Bolsas de estudo; dia do idoso; ginástica sénior; e piquete social. Ordenamento do território: áreas de reabilitação urbana. Saneamento; e abastecimento de água. Resíduos sólidos. Meio ambiente manutenção jardins. Cultura: protocolos com associações culturais; sertanima c/ gala Eugénia Lima; projecto Caminhos; leitores do património; maratona da leitura; programação cultural no Túllio Vitorino; Feira de Celinda; Festin; Fibs; Dia da leitura planetária; Projeto Casa da Imagem; cultura para todos; Hemeroteca digital; e projecto Padre Manuel Antunes. Desporto: (Desporto mais; férias desportivas; verão ativo; e torneio Luís Gouveia. Outras actividades: Romaria de S. Nuno.

- 3) Funções económicas: 1.160.805,00 €.

(Indústria e energia c/ Iluminação Pública. Turismo: Adxtur; festival de gastronomia; produtos da terra; Provar; comemoração feriado municipal; rota da EN 2, Sertã Terra do pinheiro de natal; e Aproser.

- 4) Outras funções: 754.085,00 €.



MUNICÍPIO DE SERTÃ  
CÂMARA MUNICIPAL

(Transferências entre administrações: limpeza de bermas e valetas; transferências p/ freguesias; transferências p/ associações de municípios; transferências p/ CIMT. Funções diversas: transferências p/ CCD; Pinhal Maior; Médio Tejo 21; Serq; e transferências p/ famílias; e instituições sem fins lucrativos). ” O rigor continua a imperar. Assim solicitou a sua aprovação.-----

Solicitou intervenção o **Senhor Vereador Carlos Miranda** que passou a apresentar a declaração de voto da bancada do Partido Socialista (PS) cujo texto faz parte integrante da presente ata (Anexo I).-----

O **Senhor Presidente da Câmara** salientou que as considerações apresentadas não correspondem à realidade. Referiu que é raríssimo ver uma execução no montante de dezassete milhões. Não devemos comparar a execução com o Orçamento, mas sim os valores executados. Quando se apresenta o Orçamento não se sabe que candidaturas vão abrir.-----

- O **Senhor Vereador Jorge Coluna** referiu que considera o Orçamento e Grandes Opções do Plano o documento com mais importância política do município, pois é nele que se definem as grandes prioridades do executivo sufragado nas eleições, o qual traduz a ação que se pretende executar. Considera ser um Orçamento realista. Mencionou algumas das ações que estão previstas: Requalificação da Casa da Cultura, pavimentação entre Fonte da Branca e Faleiros, Av.<sup>a</sup> Ângelo Henriques Vidigal, Pavilhões em Sertã e Cernache do Bonjardim, Zonas industriais, o evento Maratona de Leitura e as ações do Gabinete Ação Social, entre outras.-----

Salientou que, desta forma não podia deixar de estar de acordo com o proposto e votar favoravelmente.-----

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, contabilizando 5 (cinco) votos a favor e 2 (dois) votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Socialista (PS) Carlos Alberto de Miranda e Cristina Alexandra dos Reis Nunes, aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2021, nos termos da presente proposta. Os documentos consideram-se integralmente transcritos.-----

-----**2 - Proposta do Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas e Mapa de Pessoal para 2021 - Proc.º 2020/150.20.200/1 - para aprovação.**-----

-----**Proposta n.º 209/2020**-----

Considerando que:-----

----- O mapa de pessoal é um instrumento de gestão dos recursos humanos regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, e



MUNICÍPIO DE SERTÃ  
CÂMARA MUNICIPAL

- adiante também designada abreviadamente pela sigla LTFP, -----
- Nos termos do preceituado no artigo 29.º da LTFP, os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em consideração as atividades, de natureza permanente ou temporária, que pretendem desenvolver durante a sua execução e os recursos financeiros disponíveis, -----
  - O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que in casu, o Município da Sertã, carece para o desenvolvimento das suas atividades, caracterizados em função do seguinte: -----
  - Atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; -----
  - Cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; -----
  - Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; -----
  - Perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho. -----
  - Nesta conformidade foi elaborado o presente Mapa de Pessoal para o ano de 2021 que integra os trabalhadores em exercício de funções e contempla as necessidades previsionais de pessoal, em funções das diversas categorias e vínculos, conforme documento que se anexa, -----
  - Este Mapa de Pessoal, encarado como instrumento de gestão dos recursos humanos, para além dos seus elementos integrantes, contém o número de postos de trabalho necessários para o cumprimento ou execução das missões, competências e objetivos anuais, -----
  - As verbas e estimativas no orçamento anual deste Município da Sertã para o ano de 2021 traduzam as necessidades previstas de recursos humanos. -----
  - A competência de aprovação do mapa de Pessoal pertence á Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto na alínea o) do nº 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual. -----
  - A presente alteração produzirá efeitos, após aprovação pela Assembleia Municipal e deve ser tornada pública através de afixação nos serviços e inserção na página eletrónica do Município da Sertã. -----
- Assim proponho que: -----
- Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, se submeta á Assembleia Municipal, para aprovação, o Mapa de Pessoal para o ano de 2021, Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas. -----



MUNICÍPIO DE SERTÃO  
CÂMARA MUNICIPAL

- Solicitou intervenção a **Senhora Vereadora Cristina Nunes**, referiu que o Organograma não reflete o quadro resumo relativamente ao Setor Fiscalização Sanitário e Médico Veterinário Municipal, sugeriu a sua retificação/adaptação. -----

- O **Senhor Vereador Carlos Miranda** declarou concordar com a admissão de novos colaboradores, uma vez que há setores da câmara municipal claramente carenciados, todavia, salientou que o presente Mapa de Pessoal para o ano de 2021, Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas, não está adequado aos tempos atuais e ao que deve ser a ação de uma Câmara Municipal nos nossos dias. Considerou-o, além disso, desequilibrado. Já referiu anteriormente que o Departamento de Administração e Finanças é um departamento enorme, que engloba muitas áreas, e que acaba por ter algumas dificuldades funcionais, por abranger áreas tão dispersas. Considera que o presente Organograma e Mapa de Pessoal refletem a organização política da Câmara, com a sua forma de atuação e com o projeto que o atual executivo propõe para o município. Não sendo o projeto defendido pelos vereadores do Partido Socialista, estes abstêm-se na presente votação. -----

-----**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, contabilizando 5 (cinco) votos a favor e 2 (duas) abstenções, dos Senhores Vereadores do Partido Socialista (PS) Carlos Alberto de Miranda e Cristina Alexandra dos Reis Nunes, aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas e Mapa de Pessoal para o ano de 2021, nos termos da presente proposta. Os documentos consideram-se integralmente transcritos. -----

-----**Encerramento**-----  
-----O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Vereadores na videoconferência. -----

-----E não havendo mais nada a tratar e referindo que todos os documentos apresentados na presente reunião de Câmara se dão como integralmente transcritos, foi dada por finda a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, eram cerca de 15.00 horas, da qual, para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, José Farinha Nunes e por mim, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, que a secretariei e processei a computador. -----



## REUNIÃO DE CÂMARA DE 30 NOVEMBRO DE 2020

### DECLARAÇÃO DE VOTOS DOS VEREADORES DO PS SOBRE O ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021

**O documento “Orçamento e Grandes Opções do Plano” do município da Sertã, anualmente aprovado no final do ano para cumprir a formalidade, cada vez traduz menos a realidade financeira e a capacidade de execução da câmara municipal.**

Basta ver que neste ano que agora termina, logo em fevereiro, houve uma alteração orçamental, na qual, por via da incorporação do saldo de gerência, e da previsão de novas receitas, a receita total aumentou mais de 3 milhões de euros. Só o saldo de gerência ascendeu, este ano, a quase três milhões de euros. Trata-se de verbas previstas no orçamento do ano anterior e que não são executadas, o que mostra a incapacidade da câmara municipal.

Neste ano de 2020, prevendo-se a fraca execução habitual, eventualmente agravada pela situação de pandemia (apesar de se prever também um esforço acrescido, pelo facto de se tratar de um ano de eleições), certamente irá transitar para o orçamento de 2021 um saldo de gerência igual ou até superior. Ora, uns milhões a mais do lado da receita podem fazer toda a diferença. Por isso, estamos a votar um orçamento que prevê nove milhões de euros para o PPI mas já sabemos que, na verdade, vamos ter doze ou treze milhões. Faz sentido?

Por outro lado, não importa as obras que se colocam no Plano Plurianual de Investimentos. Importa aquilo que se concretiza. Faz sentido andar todos os anos a discutir uma enorme listagem de obras do Plano Plurianual de Investimentos se não as concretizamos? **A taxa global de execução do Plano Plurianual de Investimentos 2019 não ultrapassou os 39%.** Qual será a taxa de execução de 2020, que agora termina? Qual a taxa de execução do Plano de 2021 que estamos agora a votar? Que crédito devemos dar a este Plano que agora nos é apresentado?

Por outro lado, ainda, muitas rubricas são alteradas no decurso do ano, sendo imprevisível, neste momento, sabermos aquilo que se vai gastar efetivamente na concretização de cada um dos projetos ou das atividades. **Por exemplo, a prevista redução de quase 300 mil euros em espetáculos musicais no Festival do Maranhão,**

**face a anos anteriores, é para levar a sério?** O que se passou? Deixámos de investir no maranho? Ou concluiu-se que andamos a gastar demais há uma década? Ou a verba a gastar não vai ser aquela que lá está efetivamente inscrita?

Os orçamentos municipais são o que são, valem o que valem.

Posto isto, à semelhança dos anos anteriores, os vereadores do Partido Socialista consideram que **o documento Orçamento e Grandes Opções do Plano 2021, prossegue a linha habitual, repetitiva e gasta, sem qualquer elemento realmente inovador.**

Este orçamento é um documento vago, onde muitas propostas, com verbas avultadas, aparecem com a designação de “outros”. Como exemplos: “Outros Serviços” de 1 Milhão de euros (pag. 21); “Outros Investimentos” de 1,7 Milhões de euros (pag. 30), “Outros Serviços” de 2,7 Milhões de euros (pag. 39), “Outros investimentos” de 2,2 Milhões de euros (pag.40). Há ainda muitas outras propostas deste género com valores mais baixos. Não é possível contabilisticamente esclarecer em concreto a que respeitam estas verbas?

Registe-se o decréscimo do orçamento relativamente a anos anteriores, sobretudo no que respeita a receitas e despesas de capital. Prevê-se, portanto que o investimento diminua.

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, **registamos, ainda, a enorme quantidade de projetos que se vêm arrastando nos sucessivos Planos, ao longo dos anos, e que tardam em ser concretizados.** São dezenas. No Orçamento para 2020, abstivemo-nos, tendo em conta *“a aparente vontade de resolução de alguns dos problemas básicos da Zona Industrial da Sertã, com a disponibilização de cerca de meio milhão de euros, e também as verbas alocadas à recuperação dos mercados de Cernache do Bonjardim e da Sertã.”* Verificamos agora que no que toca à Zona Industrial da Sertã pouco ou nada foi feito, e que no mercado de Cernache do Bonjardim não se tocou. Lá vêm agora as verbas que eram para gastar em 2020, alocadas às mesmas rubricas em 2021.

Registamos também a fraca aposta no ordenamento do território e na cultura. Encontramos, mais uma vez, a promessa de recuperação do “Largo Dr. Guimarães” ou a revisão do PDM, (instrumento fundamental para o ordenamento do município) que eram promessas destacadas deste executivo em 2009. **Em onze anos, não se avançou nada. Mas essas rubricas lá continuam no orçamento.** Na cultura, continuam alguns

projetos de anos anteriores com verbas residuais. Não se vislumbra a possibilidade um programa cultural regular, abrangente, envolvendo todas as freguesias, e significativo para o concelho, organizado de forma profissional. O estudo de viabilidade das instalações da nova biblioteca, que já constou do plano, foi retirado.

Como em anos anteriores, **continuamos a afirmar que a prioridade, neste momento, deveria ser a dinamização da economia local e a aposta na criação de emprego.** Este orçamento não prioriza esta meta de forma clara, e não a concretiza através de projetos verdadeiramente inovadores.

E é também um orçamento desequilibrado. Vejamos algumas obras há muito prometidas: constatamos que se aumentou a verba para execução de infraestruturas da Zona Industrial da Sertã, em função da inclusão da verba prevista e não gasta em 2020, mas deixa-se de fora a Zona Industrial de Cernache do Bonjardim. A requalificação do Edifício CTT em Cernache do Bonjardim tem apenas 30 mil euros. Não é com este valor que se requalifica o edifício para uma extensão do SERQ. No que respeita ao turismo, temos 560 mil euros para a praia fluvial do Troviscal (equipamento sem dúvida importante, e que importa melhorar, mas que já teve um investimento avultado há alguns anos), e **apenas 30 mil euros para as praias de Azinheira, Sertã e Trízio.** Registamos, também, que neste orçamento, as verbas para aquisição de terrenos são meramente simbólicas, não havendo, portanto, investimentos previstos a necessitar de terrenos.

**Num tempo marcado pela pandemia de Covid-19, em que tantas empresas e instituições, e tantas pessoas, passam dificuldades, este orçamento ignora por completo o assunto.** Numa altura em que mais seria necessário investir na saúde, como fazem tantas outras câmaras, a rubrica de “Centro de Saúde” até desapareceu neste PPI. O orçamento nas Grandes Opções do Plano para ação social é de apenas 228 mil euros. Não se vislumbra um programa de apoio às empresas que mais sofrem com a pandemia, principalmente as empresas de comércio, no sentido de as ajudar a manter o emprego no concelho. Já aqui referimos **a necessidade de criação de um centro de apoio às micro, pequenas e médias empresas** (e também a trabalhadores independentes com pequenos negócios), tendo em vista facilitar as candidaturas aos apoios estatais ou comunitários existentes, divulgar as empresas da Sertã, e promover o concelho como oportunidade para investidores. Nada foi feito neste sentido, até agora. **Mas neste momento, é preciso ir ainda mais longe no apoio às empresas, como têm feito**

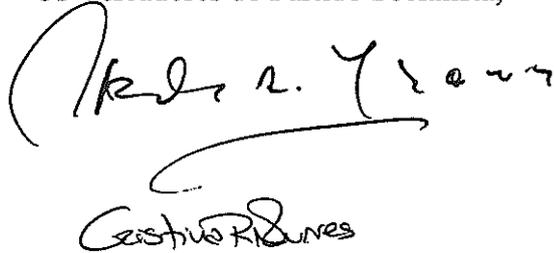
muitos municípios deste país, e a câmara tem meios para isso. Todavia, este orçamento não contempla nenhum apoio.

Por tudo isto, mais uma vez, consideramos que este documento não tem o essencial. E o essencial, neste momento, é a dinamização cultural e social do concelho e a aposta no apoio à criação de emprego que permita fixar a população, sobretudo a mais jovem, e combater esse enorme problema demográfico que nos ameaça, agora agravado com a pandemia que se abateu sobre nós.

**Votamos, por isso, contra este orçamento por considerar que o mesmo não reflete a visão que temos para o concelho.**

Sertã, 30 de novembro de 2020,

Os Vereadores do Partido Socialista,



Cristiano Nunes